

IV Simpósio de História do Maranhão
Oitocentista: Escravidão e Diáspora
Africana no século XIX

09 a 12 de junho de 2015
Local: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Prédio do Curso de História, Praia Grande, São Luís - Ma.

OFÍCIOS E LIBERDADE: a iminência da Abolição no mundo do trabalho.

Carlos André Colins dos Santos¹

Introdução

A escravidão, enquanto instituição componente das esferas sociais relativas ao trabalho, sofreu intenso desgaste durante todo o segundo e terceiro quartel do século XIX no Brasil. Frentes de oposição externas e internas, muitas delas poderosas do ponto de vista político e social, colocavam o fim do trabalho cativo como acontecimento necessário ao desenvolvimento e fortalecimento da economia brasileira.

No Maranhão, o desgaste da escravidão provocou a formação de um novo contexto político-econômico em relação ao trabalho e o acontecimento de uma série de fenômenos que abalaram as estruturas orientadoras da organização social. Elites, camadas populares e escravos viram-se imersos em uma sucessão de acontecimentos referentes a modificação das formas de trabalho que os forçou a viabilizarem caminhos para a formalização e obtenção de seus interesses.

O governo central acenava para o fim do trabalho compulsório de forma intensa. Pressionada pelo ativismo político abolicionista e pelas potências econômicas da época, principalmente a Inglaterra, a administração imperial brasileira, através dos instrumentos administrativos cabíveis, inicia o estabelecimento de um conjunto de ações que possibilitariam a abolição do trabalho escravo. Em 4 de setembro de 1850 foi aprovada a lei Elsébio de Queiróz, dispositivo jurídico responsável pelo fim do tráfico transatlântico de cativos negros. Mediante ações do partido liberal, a lei do ventre livre entrou em vigor em 28 de setembro de 1871, proporcionando desta forma liberdade para os filhos de escravas nascidos a partir da vigência da lei. Por fim, a lei dos Sexagenários ou lei Saraiva-Cotejipe, promulgada em 28 de setembro de 1885, garantia a liberdade aos escravos com idade acima

¹ Aluno da Universidade Federal do Maranhão

de 60 anos. A aprovação destas leis deu-se por intermédio de intensos debates, jogos políticos e enfrentamentos de grupos.

Os movimentos em prol da liberdade dos trabalhadores negros em condição de escravos não desenvolvia-se, apenas, no campo político por intermédio de instituições facilmente identificáveis e de ações claras do ponto de vista social. O desgaste desta instituição, escravidão, dava-se no cotidiano², nas relações, nas formas de desenvolvimento das vidas por meio dos significados, apropriação³ de idéias, recepções⁴ de materiais culturais e movimentos de indivíduos em prol de suas inserções nos campos de trabalho.

Logo, é no cotidiano das relações de poder que buscaremos encontrar o impacto do processo que culminou na abolição em relação ao mundo do trabalho. Trataremos de observar as modificações nas sensibilidades adequadas para proporcionarem um ambiente capaz de suportar as contradições, as continuidades e rupturas do período em que se deu a implantação da legislação proibitiva do trabalho escravo. Trata-se de uma tarefa complexa, pois, frente a um fenômeno indicativo de ruptura, a modificação da legislação referente ao trabalho, encontra-se uma série de outros fatores pertencentes a uma dinâmica de modificações cujo transcorrer do tempo desenvolvia-se através de alterações graduais ou continuidades específicas.

Ofícios e liberdade: a iminência da Abolição no mundo do trabalho

Para análise do período que antecedeu a vigência da Lei Áurea e o pós abolição maranhense, intervalo temporal que nos interessa para constatação do desenvolvimento de alguns fenômenos em destaque, é necessário considerar desafios significativos no que dizem respeito às fontes para pesquisa histórica. Segundo Hebbe Matos os estudos da pós abolição no Brasil mostram-se complexos, uma vez que, dada a liberdade aos trabalhadores em condição escrava, ocultou-se a indicação da cor dos indivíduos na maioria dos documentos de registro civil ou registros estatais⁵. Mesmo na fase anterior à libertação, na maioria das vezes, a voz dos negros é entendida por intermédio de fontes produzidas por outros grupos.

² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. A arte de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1998.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁵ ABREU, Marta. DANTAS, Carolina Viana. MATTOS, Hebe. *Histórias do pós abolicionismo no mundo atlântico: identidade e projetos políticos*. ED. UFF, vol3. Niterói.

Em grande parte das vezes as fontes documentais do período são incapazes de oferecer, diretamente, ao pesquisador, informações a respeito da situação da última geração de libertos e do desenvolvimento dos processos que os levou à liberdade jurídica. Os negros acabam por perderem-se na multidão de pessoas pertencentes ou classificados como elementos formadores de classes populares.

Estas constatações nos levam a identificar outros problemas. As transformações econômicas e sociais, já intensamente discutidas pela historiografia, são indícios do avanço de outras formas de indenização de atividades laborais e fortalecimento da complexidade da composição das classes populares. A dificuldade para delimitar grupos ou estabelecer critérios de diferenciação suficientes para visualizar fenômenos creditados à camadas populacionais singulares é imensa. Os indivíduos legalmente escravizados não formavam classes homogenias e, após a implantação da Lei Áurea, nos discursos, os indivíduos negros foram inseridos na gigantesca camada popular ou inferior do ponto de vista material.

Portanto, é imprescindível fazermos uso de suporte teórico capaz de oferecer soluções para a identificação dos grupos inseridos na dinâmica social. Segundo Chartier uma forma interessante de se analisar os grupos humanos é atentar para o que há de específico nas relações que unem os indivíduos. É na especificidade das relações que poderemos identificar os grupos formadores da dinâmica social do período em destaque.⁶

Desse modo, objetivamos localizar associações de indivíduos atentando para os fatores capazes de estabelecer junções entre estes. Thompson nos chama atenção para a necessidade de atentarmos para a dinâmica oferecida pela relação entre os grupos. As classes não podem ser analisadas como estruturas fixas cujas linhas de identificação são perfeitamente delimitadas, os indivíduos a partir de experiências históricas unificadoras unem-se segundo seus interesses e identidades de acordo com processos intrincados:

“As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”. (THOMPSON, 2001: 274)

⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Observando estas especificações buscaremos traduzir os fenômenos que dizem respeito a iminência da Lei Áurea frente ao contexto anterior a libertação dos cativos negros, contexto este caracterizado pelo avanço de novas formas de indenização das atividades laborais. Indicamos, também, que ao mencionarmos as palavras grupos, associações ou coletividades, camadas e séries grupais, as utilizaremos como sinônimos de classes sociais.

Como fontes para pesquisa faremos uso de periódicos, jornais, do período em destaque. Os principais periódicos em análise são “O Diário do Maranhão”, “O Paiz” e “Pacotilha”. O jornal “*O Diário do Maranhão*” iniciou suas atividades no ano de 1855, no contexto do fim do tráfico ultramarino de cativos negros, foi idealizado e produzido por um grupo de empresário. Era um jornal que se dedicava a defesa dos interesses dos grandes produtores rurais, além de apresentar várias notícias e informações inerentes à grande lavoura de exportação, caracterizava-se por um tom intensamente conservador. O noticiário “*O Paiz*” iniciou suas atividade em 1863, tendo a frente o professor e jornalista Themistocles Aranha e caracterizava-se como um jornal noticioso, católico, comercial e literário. O periódico “*Pacotilha*” foi fundado em 1880, pelo jornalista Victor Lobo, objetivava trazer uma proposta progressista para as classes empresariais e as camadas dominantes da sociedade maranhense.

No entanto, temos por intento captar itens referentes às formas de pensar, sentir e significar a realidade. Em relação a este objetivo, a historiadora Sandra Pesavento⁷ nos indica a literatura como fonte textual capaz de oferecer ao pesquisador objetivações dos universos mentais de grupos e indivíduos de um determinado recorte histórico. Desta forma utilizaremos obras e trechos de alguns poemas e livros da professora Maria Firmina dos Reis e dos escritores Celso Magalhães, Joaquim de Sousa Andrade e Trajano Galvão.

A humanização do negro

O processo de enfraquecimento da escravidão enquanto instituição social ocorreu paralelamente à evolução da humanização do negro nos discursos e contextos culturais⁸. As relações materiais indicavam o estabelecimento de dinâmicas sociais que apontaram para a evolução de representações⁹ humanizadoras em referência aos indivíduos negros. O caráter humano, não apenas dos africanos e seus descendentes, mais também de sua cultura, passou a ganhar ênfase nas mais diferentes manifestações, costumes e hábitos. A bestialidade dos

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da história e da literatura*. Pelotas, 2003.

⁸ CHARTIER, Roger. *Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico*. Rio de Janeiro, vol. 8, 1995.

⁹ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Rio de Janeiro, 1991.

escravos é entendida como fator a ser superado, no intuito do estabelecimento do progresso, desenvolvimento e estabelecimento das relações de trabalho que levariam a população a um estágio de evolução liberal ampla.

A humanização do Negro era observável nos meios de produção artística, sendo que, os jornais do período já alertavam para a questão do tratamento igualitário exigido pelos trabalhadores escravizados e visto como necessário, por muitos teóricos, ou mesmo imprescindível, para a evolução dos setores econômicos. Para alcançarmos as representações referentes aos negros buscamos analisar uma parte específica da produção literária da época segundo critérios apresentados mediante a qualificação dos dados.

Alguns escritores, contemporâneos dos eventos em análise, por meio de suas obras, construíram ficções capazes de expressarem formas de representações possíveis para as relações sociais entre negros e outras parcelas da população. Entre estes autores, coloco em ênfase a professora Maria Firmina dos Reis. Aos trinta e cinco anos de idade, Maria Firmina dos Reis teve umas de suas grandes obras publicada, o romance “Úrsula”, conto que nos mostra uma trama em que personagens negros assumem práticas e atitudes, até então, não classificadas como possíveis para sua “raça”.

Este romance conta a trajetória de luta vivenciada por um jovem casal, Tancredo e Úrsula, para concretizarem a paixão recíproca. No entanto, o tio de Úrsula, homem cruel e senhor de escravos, opõe-se a união do casal e acaba por assassinar Tancredo. Diante destes acontecimentos, Úrsula enlouquece, o que causa profundo remorso em seu tio e, também, o leva a loucura. Um aspecto importante desta obra é a presença de personagens negros não apenas como coadjuvantes ou figuras desprovidas de sentimentos nobres e dignos de admiração. Os personagens negros de Maria Firmina dos Reis sentem saudades de sua terra natal, se apaixonam demonstrando forte nobreza em suas atitudes, se emocionam... São personagens plenamente humanos.

Outros autores apresentam personagens negros de forma semelhante à Maria Firmina dos Reis. Parece que a possibilidade de apresentar figuras escravizadas caracterizadas por sentimentos entendidos como nobres é intensamente viável. Joaquim de Sousa Andrade em seu romance “A escrava” mostra uma jovem africana apaixonada pela natureza, contempladora do sol, das estrelas e da lua. Esta sonhava em voltar para sua terra, lugar este que tornou-se local cuja sobrevivência de bons sentimentos ameniza a dura realidade do cativeiro. Em um dos trechos desta obra é possível observar a sensibilidade abalada da jovem escrava:

Triste sorte me arrasta nesta vida!
Escrava sou, não tenho liberdade
Tenho inveja da branca, que tem dela
Todas horas do dia(p.151)

Porém, a mudança nas sensibilidades em relação a estes indivíduos não desenvolvia-se em percurso linear e homogêneo. Trajano Galvão de Carvalho na obra “A crioula” representa uma escrava cuja característica principal é a sexualidade, objeto de desejo dos homens, esta por meio de sua beleza física domina e controla os personagens ao seu redor. Senhores, companheiros de cativeiro e até mesmo religiosos não são capazes de lhe resistir aos encantos. A mulher negra é representada como possuidora de uma sexualidade perigosa que a caracteriza enquanto pessoa.

As contradições presentes nas representações do negro demonstram a complexidade das relações entre os escravizados e as camadas dominantes. Sousândrade em a “Maldição do Cativo” relata tragédias sofridas por um trabalhador escravo cuja esposa sofreu represálias devido a recusa em ter relações sexuais com seu Senhor. Depois de certo período, este trabalhador frente a possibilidade da repetição da tragédia com sua própria filha resolve assassinar o maléfico Senhor.

Trajano Galvão relata-nos na obra “O Calhambola” um cativo de extrema força e coragem, capaz de enfrentar as dificuldades e tristezas do cativeiro. É um escravo que não se contenta com a usurpação da liberdade e luta para quebrar o jugo da prisão, no entanto é claro o lugar visto como inerente aos escravizados. A oposição em trechos da poesia relata a permanência da inferiorização ou não aceitação da possibilidade de figuras cativas possuírem civilidade. “Negro, sim; mas é forte meu braço, negros pés, mas que vencem o espaço”.

Nos jornais, comentários a cerca da exigência dos negros em prol da igualdade de direitos são claramente constatados. Entretanto, estas observações não surgem apenas das reivindicações dos indivíduos legalmente escravizados ou dos movimentos abolicionistas, em vários artigos nota-se a existência do reconhecimento da necessidade da admissão do negro enquanto indivíduo possuidor de direitos igualitários. Os trabalhadores cativos, agora, são representados como entes que exigem direitos, lutam por melhores condições de vida e, por vezes, acabam por agir de forma violenta devido ações irregulares tanto do ponto de vista jurídico quanto moral e ético.

Em alguns casos, tanto na literatura quanto nos jornais, as revoltas e insubordinações dos negros são justificadas mediante a tirania dos senhores e feitores, representações de um escravo humanizado convive com outras em que este mesmo indivíduo é apresentado como um ser incapaz de civilizar-se. Antes representados como personagens humanamente

inferiores, sexualizados e por vezes bestializados, a figura dos africanos e seus descendentes passa a ser apresentada, também, como uma imagem semelhante a qualquer outra provinda do campo social dito civilizado.

A iminência da abolição

Nas décadas que antecederam a abolição da escravidão houve um amplo debate a respeito de propostas para superação das relações inerentes ao trabalho compulsório. Nos jornais, muitos artigos e transcrições eram publicadas sendo o conteúdo destas publicações formado por propostas de inserção dos futuros libertos nos setores econômicos. Jornalistas e pessoas de outras ocupações esforçavam-se para indicar caminhos viáveis para a substituição da mão de obra escrava por relações de indenização laboral condizentes com os dogmas econômicos do período. A não possibilidade de continuação da escravidão enquanto instituição social era visível e novos caminhos deveriam ser apontados e trilhados.

Em um contexto marcado pela crise da “grande lavoura” e por dificuldades estruturais nos meios de produção de riqueza, os jornais apresentavam possíveis soluções no combate aos problemas gerados pelo esfacelamento da escravidão. Alguns problemas eram apontados na maioria dos discursos sobre o tema, em geral, a falta de “braços para a lavoura”, ou seja, escassez de mão de obra, a utilização de métodos rudimentares e não aceitação do escravo às atividades laborais cativas são indicados como as principais dificuldades a serem enfrentadas.

Neste período, devido a proibição do tráfico internacional de mão de obra africana e ao tráfico interno de mão de obra cativa, muitos proprietários de terras reclamavam da dificuldade em encontrar trabalhadores. Nos jornais, a descrição deste cenário também é colocada a partir da utilização de métodos incapazes de gerarem uma produção satisfatória, a coivara, método que consiste na limpeza do solo através de queimadas e o irregular rodízio de uso do solo são duramente criticados e colocados como causas principais da baixa produtividade da “grande lavoura maranhense”. Também, as revoltas e a não cooperação dos escravos é estabelecida como problemática crucial, neste ponto, é necessário citar que em muitos casos as revoltas e não cooperação são vistas como justificáveis mediante as atrocidades do cativo.

A escravidão é colocada como fenômeno social a ser superado. Nos setores econômicos e do trabalho, esta passou a representar atraso e ineficiência. Em jornais de características mais progressistas, “Pacotilha”, por exemplo, as críticas eram mais severas, este periódico publicava quase que regulamente juízo contrário a qualquer possibilidade de

continuação do regime trabalhista escravo. Anunciava transcrições de notícias do estado de São Paulo, visto como um estado que caminhava apressadamente à total libertação dos indivíduos escravizados. Notícias de fazendeiros que libertavam incondicionalmente seus escravos eram apresentadas com o intuito de incentivar fazendeiros maranhenses a fazerem semelhantes atos, difundia críticas ao estado do Rio de Janeiro apontado como centro de idéias conservadoras e ante abolicionistas.

Os periódicos “O Paíz” e “O Diário do Maranhão” apresentavam um tom mais conservador, embora defendessem o fim da escravidão entendiam ser necessário um intervalo de tempo longo para que os produtores rurais pudessem promover medidas necessárias para a transição. Apoiavam a indenização dos proprietários de escravos pelo governo e indicavam medidas para civilizar o negro.

Cientes das dificuldades a serem enfrentadas, alguns artigos apontavam para medidas específicas a serem implantadas. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, escritor e advogado após analisar as causas da “decadência” propunha a utilização de métodos modernos para o cultivo no Maranhão, para tanto defendia a criação de cursos superiores de agricultura e formação de escolas técnicas para mão de obra. Miguel Vieira Ferreira, engenheiro que se propôs a apresentar soluções possíveis, designa os problemas morais oriundos da escravidão como elemento central na análise em busca de possíveis soluções, apresenta a instituição de uma legislação moderna e específica sobre o tema como proposta para a superação das dificuldades enfrentadas pelo agronegócio.

Considerações finais

Em geral, a falta de mão de obra para lavoura, problemas morais e éticos e a utilização de métodos rudimentares eram indicados como principais problemas a serem enfrentados. Estes problemas eram vistos como oriundos das contradições referentes à escravidão, entretanto, ao depararem-se com esta problemática, cada grupo buscou agir segundo seus interesses e afinidades, sendo que, as soluções ou projetos indicados continham interesses referentes a estes grupos. Nos jornais, mesmo mediante a crítica ao regime de trabalho compulsório, os interesses das classes dominantes eram resguardados e defendidos, não havia críticas ao sistema de dominação social. As classes populares também buscavam lutar por melhores condições e quando ouvidas clamavam por igualdade na dinâmica de ações para resolução das dificuldades econômicas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Marta. DANTAS, Carolina Viana. MATTOS, Hebe. *Histórias do pós-abolicionismo no mundo atlântico: identidade e projetos políticos*. ED. UFF, vol3. Niterói.

AZEVEDO, Célia Marta Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites- sec. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar,Cozinhar*. Petrópolis: vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. A arte de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das ultimas décadas da escravidão*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico*. Rio de Janeiro, vol. 8, 1995.

SOUZA-ANDRADE, Joaquim de. *Harpas Selvagens*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857.

FARIA, Regina hena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís. Ed UFMA. 2012.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira” Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula; A Escrava*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Rio de Janeiro, 1991.

GALVÃ, Trajano. *Sertanejas*. Rio de Jneiro: Imprensa Americana, 1898.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da história e da literatura*. Pelotas, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1: A Árvore da Liberdade.